

Rotas incertas

Como promover exportações e atrair investimento em um mundo sob impacto da política comercial do governo Trump

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

A virada para a segunda metade de 2025 marca um capítulo único na história do comércio exterior brasileiro. Depois de ter passado pelo Dia da Libertação, em 2 de abril, entre os países menos afetados pela decisão do governo americano de promover um amplo aumento das tarifas de importação, dia 9 de julho o Brasil virou protagonista de um *plot twist*. Em abril, o país havia recebido a tarifa básica de 10% aplicada sobre todos os parceiros comerciais dos EUA; a outro grupo, de 57 países, coube uma taxa superior, aplicada individualmente, cuja entrada em vigor foi adiada por 90 dias. Em julho, uma carta de Donald Trump anunciou a reviravolta, com mais 40% sobre a taxa inicial definida para o Brasil, sob argumentos que reforçaram a estratégia usada pelo presidente desde sua posse, de não limitar a política comercial a alvos comerciais.





Antes de sua entrada em vigor, o governo americano já havia isentado parcela dos produtos brasileiros, entre os quais suco de laranja e aviões, reduzindo o grupo a ser afetado pelo tarifaço para 35,9% do total das exportações. No fechamento desta edição, uma nova flexibilização tinha sido anunciada, com a isenção de tarifas adicionais para a maior parte das exportações brasileiras de celulose e ferro-níquel, produtos que em 2024 representaram 4,6% do total dos embarques aos EUA. De acordo a divulgação do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) do dia 11 de setembro, com essa mudança o percentual das exportações brasileiras sujeito à tarifa de 50% cai para 34,9%; 16,7% estão submetidos a 10%; 25,1% estão livres de tarifas adicionais, e 23,3% estão sujeitos a tarifas específicas, como para o aço, aplicadas a todos os países.

Para o agregado da economia brasileira, o impacto da taxaço revelado nas primeiras estimativas pareceu ser moderado. Em agosto, pesquisadores do Nemea/Cedeplar, da Universidade Federal de Minas Gerais, calcularam que a sobretaxação levaria a uma perda de PIB de 0,26 ponto percentual (p.p.) acumulada em dois anos (*link*: <https://go.fgv.br/5bxYz272fx>). Levando em conta o efeito das tarifas dos EUA a outros países e a retaliação chinesa, a simulação feita pelos pesquisadores indica que essa perda poderia cair para 0,16 ponto percentual. Por sua vez, estimativas divulgadas no Boletim Macroeconômico do Ministério da Fazenda no início de setembro apontam um impacto de -0,2 p.p. do PIB de agosto de 2025 a dezembro de 2026, resultado da “retração da demanda externa e seus efeitos, principalmente, sobre o investimento”, e de 0,1 p.p. na taxa de desemprego. O ministério aponta, entretanto, que com as linhas de crédito mais baratas do Plano Brasil Soberano – cujas medidas são descritas pela pesquisadora Lia Valls, em artigo desta edição (ver pág. 22) – o impacto no PIB é reduzido para -0,1 p.p. Em perda de empregos, a projeção também cairia pela metade, representando cerca de 65 mil vagas. O ministério aponta que, considerando o diferimento de tributos, as compras públicas e as exigências de manutenção de empregos que também fazem parte do plano emergencial, os efeitos negativos do tarifaço podem ser ainda maiores.

A politização dessa agenda comercial – do lado dos Estados Unidos, por exemplo, ao incluir em sua decisão críticas ao julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e quanto à ação do STF sobre a responsabilidade de plataformas digitais; e do Brasil, em declarações acaloradas do presidente Lula em defesa da soberania do país – repercutiu em recuperação de popularidade de Lula, que também foi ajudada por uma desaceleração da inflação em ritmo não esperado no início do ano. Livio Ribeiro, pesquisador associado do FGV IBRE, lembra que um dos vetores da moderação dos preços observada no decorrer deste ano não está diretamente relacionada ao tarifaço, mas a um movimento de desvalorização do dólar frente às demais moedas iniciado no primeiro semestre. “A imagem de um inimigo externo alimentada pelo presidente ajudou a canalizar esse efeito. Se o tarifaço não tivesse ocorrido, entretanto, o comportamento dos preços tenderia a ser o mesmo, pois é um movimento exógeno a essa medida. Não há mérito do governo nesse caso”, diz, destacando que uma decomposição dos condicionantes da evolução do real mostra que, desde o final do ano passado, a valorização da moeda brasileira é praticamente toda apoiada em fatores externos.

Desde o tarifaço, entretanto, houve um aumento de expectativas quanto ao potencial impacto no preço de alimentos como café e carne bovina, que poderiam ter seus embarques cancelados, ampliando a oferta doméstica. André Braz, coordenador de In-

lices de Preços do FGV IBRE afirma, entretanto, que essa hipótese ainda não se comprovou. “Tanto o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) de agosto quanto a primeira prévia de setembro inverteram o sinal registrado nos últimos meses, registrando alta”, diz. O café em grão, por exemplo, saiu de retração de 22,52% em julho para alta de 1,44% em agosto. “Esses movimentos podem antecipar uma queda menor do preço no varejo, ou mesmo aumento de preço, sugerindo que as portas que os EUA estão fechando para o produto brasileiro não necessariamente impedirão exportações desses produtos para outros mercados”, avalia Braz, citando como exemplo a boa recepção da carne brasileira em países asiáticos. Por ora, Braz mantém a projeção de que o IPCA feche 2025 em torno de 4,7%. “Ainda é cedo para fazer qualquer revisão, mas o espalhamento dessa alta no IPA – registrada no café, carne bovina, milho e soja – chamou a atenção e demandará um monitoramento mais tempestivo.”

No campo do comércio exterior, analistas apontam que a imprevisibi-

lidade dos movimentos do presidente Trump prejudica a elaboração de cenários e estratégias – ainda que o risco de medidas mais pujantes não estivesse totalmente fora do radar. “Dizer que o tarifação foi uma surpresa é apontar a falta de uma infraestrutura de pensamento estratégico”, diz Jorge Arbache, professor da Universidade de Brasília, ex-vice-presidente de Setor Privado do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). “Para o bem e para o mal, Trump nos ajudou a ver que o mundo não perdoa ingenuidade”, diz defendendo a necessidade de o Brasil robustecer sua política comercial – seja para negociar com os EUA, ampliar mercados, e/ou atrair investimento estrangeiro direto.

Questão qualitativa

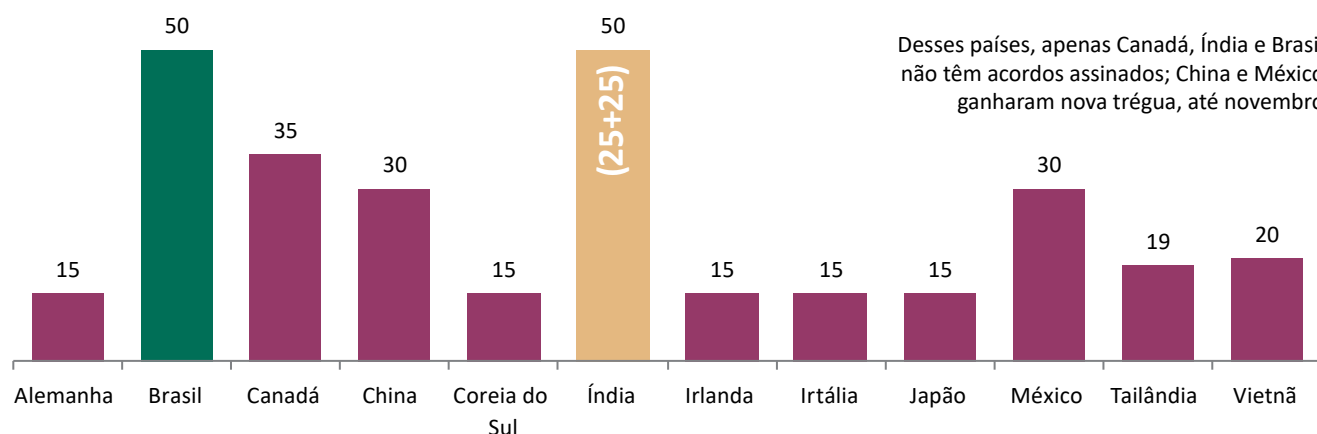
Para Constanza Negri, gerente de Comércio e Integração Internacional da Confederação Nacional da Indústria (CNI), essa tarefa deve começar pela ampliação do diálogo com os Estados Unidos, visando ampliar a lista de isenções. “A qualidade da pauta comercial

com os EUA não permite que apenas viremos a página”, afirma, destacando que na última década 61,4% das exportações brasileiras ao país foram de insumos produtivos, e 34,6% são de produtos de média-alta e alta intensidade tecnológica. “Cada bilhão de dólares exportados para os EUA envolve em torno de 24 mil empregos. No caso de nossas exportações para a Ásia, esse número cai pela metade”, ilustra Negri, destacando ainda que os EUA são o primeiro destino de investimentos produtivos brasileiros fora do país.

No início de setembro, a CNI coordenou uma missão empresarial a Washington. “Nosso objetivo foi reforçar com o Executivo e o Congresso dos EUA que o setor privado está aberto para dialogar e contribuir com evidências; e participar da audiência pública referente ao processo aberto pelo USTR com base na Seção 301 (da Lei de Comércio dos EUA, que permite investigar políticas ou práticas avaliadas como injustas, discriminatórias ou restritivas ao comércio dos EUA)”, descreve Negri. Ela reconhece a complexidade do panorama no cur-

Tarifas de importação impostas pelos EUA - %

países selecionados entre os maiores déficits comerciais americanos, afora Brasil - status do final de agosto



Fonte: CNBC, elaboração BRCCG.



Exportações para os EUA: Brasil e regiões (US\$ milhões)

	Jul/24	Ago/24	Var.(%)	Jul/25	Ago/25	Var.(%)	Var. (%) ago/25 ago/24
Norte	112	59	-47	99	112	12	89
Nordeste	498	156	-68	339	160	-52	3
Centro-Oeste	113	137	21,4	135	83	-38	-39
Sudeste	2.373	2.593	9,3	2.686	1.663	-38	-36
Sul	411	442	0,2	470	325	-30,9	-26,6

Fonte: FGV IBRE com dados ComexStat MDIC.

to prazo. “Ao mesmo tempo, voltamos muito confiantes, porque quando escutamos esses setores – foram em torno de 50 representantes de associações dos EUA – reforçamos a ideia de que não há a menor lógica nessa sobretaxação, e seu impacto já está começando a se fazer presente nos Estados Unidos”, diz. “O que ficou claro para nós é a necessidade de pensar novas formas de cooperação, que incluem questões como a dos *data centers*, dos minerais críticos, que levem Brasil e EUA a uma mesa de negociação ampla, que não se limite aos produtos tradicionalmente mais sensíveis, como o aço.”

Negri também defende realismo quanto à ideia de substituição de destinos exportadores no campo da indústria. “Não se trata de um tema banal”, diz. Estudo da Câmara Americana de Comércio (Amcham) indica, por exemplo que em 2024 33,7% da corrente de comércio Brasil-EUA foi intrafirma. Outro levantamento, realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) com dados da Fundação Centro de Comércio Exterior (Funcex) destaca esse desafio ao apontar segmentos de alto nível de concentração de vendas para os EUA. O estudo levou em conta especificidade de seis

dígitos, totalizando 3.474 produtos exportados aos EUA nos 12 meses até junho de 2025. Desses, foram identificados 506 produtos com mais de 50% de concentração de exportações nos EUA expostos ao tarifaço, com uma média de 74% de concentração. Desse grupo, os pesquisadores selecionaram 20 produtos considerados os casos mais graves entre os atingidos pelo tarifaço e a Seção 232. Semifaturados de outras ligas de aço, madeira de coníferas, sebo de bovinos, ovinos e caprinos são exemplos de concentração acima de 90%. Já “outros produtos semifaturados de ferro aço não ligados”, que têm os EUA como destino de 83% de suas exportações, somando R\$ 2,94 bilhões. “Esse grupo de 20 segmentos representa 20% de tudo que exportamos para os EUA – o que não é pouco. A alta exposição se explica porque os demais mercados são muito pequenos frente à demanda dos EUA”, destaca Rafael Cagnin, diretor executivo do Iedi. Isso significa que redirecionar essa produção envolverá um esforço não trivial. O estudo identificou quais os segundo e terceiro mercados desses produtos mais afetados pela sobretaxação, que poderiam ter potencial para absorver parte da fatia até agora destinada aos

EUA. Canadá, México e África do Sul são os destinos que surgem com mais frequência. “Também se destacam países da União Europeia, o que reforça a importância da conclusão do acordo comercial com o Mercosul”, completa.

Outro exercício desenvolvido pelos pesquisadores do Iedi foi identificar, no Mercosul e na União Europeia, oportunidades de ampliação de exportações. “São duas regiões que, somadas, perderam 13 pontos percentuais na nossa pauta de exportação de manufaturados, enquanto os EUA ganharam 9 p.p. nesse período”, ilustra Cagnin. A análise partiu de três características: produtos que mais perderam participação; produtos que já eram relevantes e aumentaram seu peso; e produtos com mercados não consolidados, mas com vendas em forte expansão. Os pesquisadores lembram que “o primeiro e o terceiro caminhos buscam uma maior diversificação da pauta para estes destinos, enquanto o segundo insiste em nossa relativa especialização”.

Cagnin afirma ainda que Mercosul e União Europeia mostram um caminho estratégico, “por não serem grandes alvos da irritação geopolítica dos Estados Unidos, que se concentra na China e Ásia”, ressaltando o momento

de forte incerteza global. Mas se o ambiente internacional pode trazer complicações no caminho de garantir mais investimento e exportações visando produtos de maior valor agregado, o executivo destaca que ainda temos obstáculos domésticos não triviais a superar. “Veja o caso da atração de investimentos para a cadeia da geração elétrica renovável, que enfrenta desafios na organização do sistema elétrico”, cita. “Outro exemplo é o da Nova Indústria Brasil (NIB), do governo federal. São seis missões, subdivididas em 30 prioridades, que dependem de uma capacidade de implementação e gerência do Estado brasileiro que já é deficiente”, diz. “Espero que no próximo ciclo eleitoral consigamos retomar esse tema e estabelecer quais são de fato as reais prioridades”, diz.

Sandra Rios, diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), defende por sua vez maior comprometimento

Tarifa de importação média consolidada pelo Brasil na OMC: **12%**

Tarifa de importação real aplicada pelo Brasil ao mundo: **5,2%**

Tarifa de importação real aplicada pelo Brasil às importações com origem nos EUA: **2,7%**

Fonte: Elaborado pela CNI com base em estatísticas oficiais do governo brasileiro e do U.S. Bureau of Economic Analysis.

com a agenda de abertura comercial, insistentemente protelada pelo Brasil. “Continuamos um ponto fora da curva em termos de grau de proteção à indústria e aos serviços aqui produzidos, enquanto outros países em desenvolvimento continuaram abrindo suas economias, tanto de forma unilateral quanto negociando acordos”, diz, indicando que a falta de dinamismo nesse campo implica prejuízos para a produtividade e o bem-estar da população.

No livro *Integração comercial internacional do Brasil* (CDPP, 2025 – link: <https://go.fgv.br/uyyjT4l4Bq5>), Rios e coautores defendem um grupo de medidas para essa agenda, de uma reforma tarifária que reduza a escalada e simplifique a estrutura tarifária e reduza o custo de importações, com uma redução gradual que levasse à média simples da tarifa de importação brasileira a 5,9%, alinhada à de outros países em desenvolvimento. Ainda, a ratificação

Produtos que Brasil mais exporta para os EUA não isentos do tariffação ou incluídos na Seção 232 que apresentam as maiores exposições ao mercado americano



	Exportação (US\$ milhões)	Exposição ao mercado americano	2º e 3º principais destinos
Outros produtos semifaturados de ferro ou aços, não ligados	2.940	83%	Canadá (5%), México (2%)
Produtos semifaturados, de outras ligas de aços	835	95%	Canadá (1,7%), Reino Unido (1,5%)
Carregadoras e pás carregadoras	835	63%	Emirados Árabes (10%), Bélgica
Transformadores de dielétrico líquido	478	78%	Suécia (6%), África do Sul (3%)
Preparações alimentícias e conservas, de bovinos	448	62%	Reino Unido (11%), Países Baixos (5%)
Bulldozers e angledozers, de lagartas	421	61%	Canadá (5%), Peru (5%)
Sebo de bovinos, ovinos ou caprinos	405	97%	África do Sul (0,6%), Hong Kong (0,3%)
Madeira de coníferas, perfilada	365	98%	Canadá (0,9%), Portugal (0,1%)

Fonte: Iedi, com dados do Mdic. OBS: a descrição dos produtos está resumida; caráter ilustrativo.

de acordos já negociados, como a Efta, a conclusão de acordos como com o Canadá. “No caso do Mercosul, que é uma união aduaneira muto imperfeita, o ideal seria negociar um *waiver*, dar liberdade para que os países do bloco reformarem as suas estruturas tarifárias como acharem melhor. E, a partir do resultado, verificar se é possível alguma convergência no futuro para voltar a uma união aduaneira ou se é melhor se concentrar numa área de livre-comércio”, defende.

Impactos regionais

Outra frente de análise que ganhou destaque desde o tarifaço foi a avaliação de suas implicações regionais. No FGV IBRE, um grupo de pesquisadores liderado por Flávio Ataliba, coordenador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE, divulgaram no final de agosto um índice para medir a vulnerabilidade das exportações em nível estadual. O estudo dos pesquisadores leva em conta três componentes: o peso do mercado americano para cada estado; o grau de diversificação da pauta exportadora de cada um; e o percentual das exportações que foi isento da taxa de 50%. Com a agregação desses componentes, ponderados a partir de critérios detalhados em texto publicado no Blog do IBRE ([link https://go.fgv.br/nXH5ngM5I3H](https://go.fgv.br/nXH5ngM5I3H)), o resultado gerado é bem diferente. Entre os cinco estados que lideram o *ranking*, classificados como com alta vulnerabilidade, três são do Nordeste. Além do Ceará, que lidera a lista, estão Alagoas e Paraíba.

Por valor total exportado, os três primeiros do *ranking* somam 1,9% do total embarcado pelo Brasil aos EUA

em 2024. “São números que reforçam as desigualdades regionais brasileiras, agora sob o ponto de vista do comércio exterior”, destaca Ataliba. No caso do Ceará, apesar da baixa participação no agregado brasileiro – 1,6%, ou R\$ 659 milhões – os EUA representam de 44,9% das exportações do estado, dos quais 98,6% não ganharam isenção. Thiago de Araújo Freitas, pesquisa-

dor do centro regional do FGV IBRE, destaca que o grosso das exportações cearenses é de semiacabados de ferro e aço. “Já o Maranhão, por exemplo, que tem 90,9% de sua pauta isenta, se beneficiou por exportar minério de ferro não processado”, compara.

“Alagoas e Paraíba, por sua vez, ainda que movimentem valores absolutos modestos, também apresentam

Oportunidades para o Brasil: produtos com mercados não consolidados

Pauta exportadora brasileira para o Mercosul – produtos com maiores taxas de crescimento desde 2010

	Valor (US\$ mil em jul/24- jun/25)	Variação (%)
Naftas	6.467.536	26997
Extratos, essências, cocnentrado de café exceto café solúvel	53.391.178	3784
Suco de uva congelado ou não	368.200	953
Vinho de uvas	6.238.095	922
Painéis de fibras comprimidas de madeira	21.749.821	517
Papel para fabricação de papel higiênico, lenço ou toalha	24.688.113	460
Fios de lã penteada não acondicionados	51.645	371
Partes de motores para turbinas de aviação	2.268.657	346
Motores para propulsão de embarcações	917.921	345
Preparações e conservas, de carne bovina	4.211.582	331

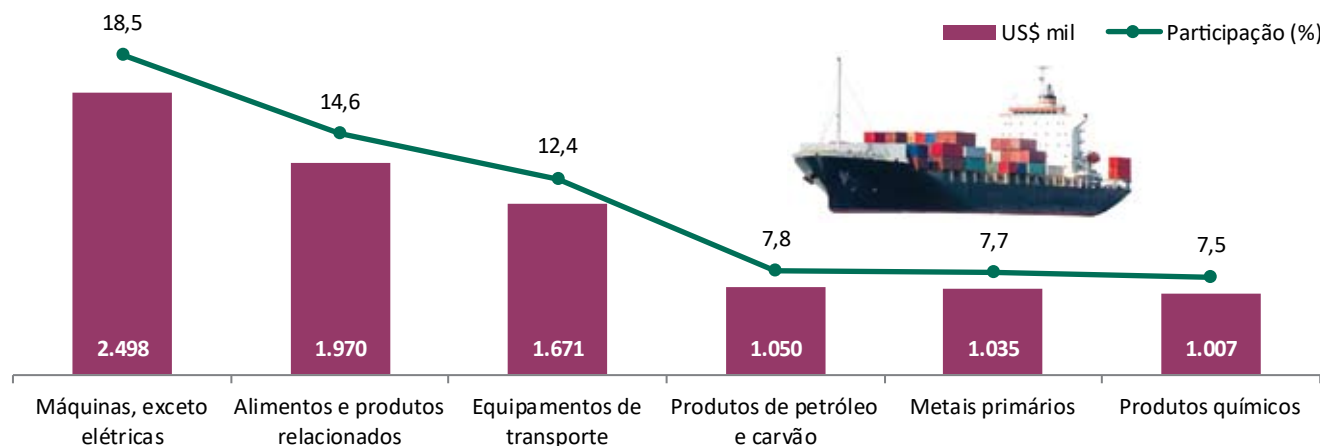
Produtos manufaturados que mais ganharam participação nas exportações para a União Europeia – desde 2010

	Valor (US\$ mil em jul/24- jun/25)	Variação (%)
Partes de motores e turbinas para aviação	108.420	1461
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço e seus acessórios	220.568	679
Óleos essenciais e seus subprodutos	281.275	348
Suco de laranja congelado	614.347	114
Café solúvel	190.923	87

Fonte: Iedi, com dados do Mdic.

Em 2024, 33,7% da corrente de comércio Brasil x EUA foi intrafirma

principais setores com importações pelos EUA do Brasil



Fonte: US Census Bureau. Elaboração: Amcham.

uma grande proporção de produtos não isentos, tendo o primeiro uma exposição bem maior”, descrevem os pesquisadores. Alagoas é o estado que apresenta o maior índice de concentração setorial em termos de exportações aos EUA (0,93) – medida no estudo pelo Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI) – no caso, focada no embarque de açúcar. Já a Paraíba, apesar de ter uma concentração que é menos da metade da observada nas vendas alagoanas (0,40), tem uma participação dos EUA como destino das exportações do estado maior (21,6% contra 8,8% de Alagoas).

Em posição intermediária, com vulnerabilidade moderada, encontram-se Paraná, Santa Catarina, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Amazonas, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Já os estados de baixa vulnerabilidade incluem São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Sergipe – os quais se beneficiam de um nível de isenções mais elevado, exposição controlada e/ou forte diversificação da pauta exportadora. No texto

US\$ 357,8 BILHÕES

foram os investimentos dos EUA no Brasil em 2023

US\$ 22,1 bilhões

foram os investimentos do Brasil nos EUA em 2023

Fonte: CNI com estatísticas do MDIC.

publicado no Blog do IBRE, os pesquisadores defendem que a execução do Plano Brasil Soberano, que envolve de crédito a diferimento de impostos e preferências em compras governamentais, deve levar em conta também essas características regionais e setoriais. Para estados com maior vulnerabilidade, a recomendação de curto prazo é “priorizar crédito garantido para preservar empregos, adequar certificações e substituir insumos, combinando diferimento tributário e compras públicas coordenadas para conter perdas abruptas”. Para os estados com risco moderado, “o foco deve recair na proteção de cadeias estratégicas, como metal-mecânica, têxtil, agroindustrial e óleo e gás, por meio de crédito direcionado, gestão de riscos cambiais e suporte a custos

logísticos”. Para os menos vulneráveis, os pesquisadores indicam que “as linhas de crédito podem servir como catalisador de modernização tecnológica, certificações e expansão em nichos de maior valor agregado, evitando que a crise se traduza apenas em manutenção do *status quo*”.

Ataliba ainda destaca a importância de se privilegiarem as pequenas e médias exportadoras, corroborando análise de Lia Valls, pesquisadora associada do FGV IBRE. “Quando olhamos o caso das empresas exportadoras de semiacabados de aço e ferro, por exemplo, se tratam de grandes corporações, em geral multinacionais, que têm maior capacidade de absorver choques, bem como *know-how* sobre a possibilidade de diversificar mercados”, afirma Valls,

destacando ainda que se tratam de produtos historicamente alvos de políticas protecionistas dos EUA. “Por outro lado, exportadores de pescados, frutas, ou da indústria calçadista são exemplos de empresas que precisarão de mais apoio, em especial para explorar novos mercados.” A pesquisadora ressalta que a abertura de novas frentes de comércio não é algo simples. “Cada mercado tem suas demandas, certificações, contratos. É preciso apoio e, principalmente, uma estratégia continuada”, afirma, apontando uma demanda de médio/longo prazo que não deve ser entendida como

foco do Plano Brasil Soberano, que é de apoio emergencial.

“A tendência de um mundo mais protecionista veio para ficar. Hoje a geopolítica tende a alterar fluxos de comércio, e isso também implica um desafio para os estados pensarem quais políticas podem ser executadas para ampliar o comércio externo”, diz Valls, lembrando que o desafio de diversificar destinos está diretamente associado à diversificação do que se produz, de forma competitiva. “Comércio exterior também está muito ligado à atração de investimento – esse é outro elemento

que precisa ser considerado quando se trata de uma pauta diversificada.”

João Mário de França, pesquisador do Centro Regional do FGV IBRE, soma ainda a necessidade de monitoramento da execução das políticas de apoio, para confirmar se efetivamente chegam na ponta e são efetivas na manutenção do emprego e da produção, bem como estar atento a sua transitoriedade. “O Brasil tem essa deficiência de criar políticas públicas e não monitorá-las, bem como de lançar medidas temporárias que se estendem indefinidamente”, alerta. ▼

Ranking de vulnerabilidade ao tarifaço

UF	Exportação (US\$ Milhões)	Não Isento (%)	Exposição (%)	HHI	Score	Classificação
Ceará	659,1	98,6	44,9	0,453	69,1	Alto
Alagoas	79,3	99,8	8,8	0,931	58,2	Alto
Paraíba	35,6	98,2	21,6	0,402	57,9	Alto
Amapá	16,2	99,0	10,1	0,516	54,2	Alto
Acre	4,5	99,0	5,2	0,443	51,3	Alto
Paraná	1.587,6	96,0	6,8	0,081	47,1	Médio
Pernambuco	205,2	87,7	9,4	0,161	45,3	Médio
Santa Catarina	1.744,9	83,0	14,9	0,085	44,9	Médio
Rio Grande do Norte	67,1	89,6	5,9	0,119	44,1	Médio
Rio Grande do Sul	1.847,3	85,1	8,4	0,050	42,6	Médio
Espírito Santo	3.068,4	52,9	28,6	0,227	38,9	Médio
Minas Gerais	4.621,7	63,1	11,0	0,182	35,2	Médio
Bahia	882,1	67,0	7,4	0,112	34,6	Médio
São Paulo	13.571,9	55,9	19,0	0,061	34,3	Médio
Amazonas	99,8	58,0	10,3	0,177	32,5	Médio
Mato Grosso do Sul	669,6	49,7	6,7	0,256	27,9	Baixo
Rio de Janeiro	7.412,9	32,4	16,2	0,382	25,7	Baixo
Sergipe	72,2	23,8	17,1	0,428	22,7	Baixo
Maranhão	748,6	9,1	13,4	0,355	13,7	Baixo
Não Declarado	1.068,3	3,3	21,2	0,817	19,2	Baixo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do COMEXSTAT-MDIC.

China:

diversificação pelo investimento



Mesmo detendo o posto de maior parceira comercial do Brasil, com cerca de 30% das exportações brasileiras, a China concentra suas compras em poucos produtos. Essa cesta é dominada por soja, minério de ferro e petróleo, cabendo ao Brasil o desafio de ampliar a lista de produtos embarcados.

Levantamento anual do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) divulgado no início de setembro aponta que, pelo lado da atração de investimentos, o movimento de diversificação já tem acontecido por parte do país asiático. Ao analisar a evolução dos investimentos produtivos chineses no país desde 2010, divididos em períodos de cinco anos, observa-se que o período mais recente (2020-2024) marca um maior número maior de projetos (27, contra 21 e 11, respectivamente, na média de 2015-2019 e 2010-2014), mas com desembolsos médios menores (US\$ 3,1 bilhões, para US\$ 6,6 bilhões a US\$ 5,8 bilhões na mesma comparação). “Enquanto o período anterior foi marcado por megaprojetos de infraestrutura elétrica, bem como de petróleo, agora vemos investimentos menos intensivos em capital, como os voltados a energias limpas, indústria manufatureira e de tecnologia da informação”, compara Tullio Carriello, diretor de conteúdo e pesquisa do CEBC. Outra característica destacada por Carriello é a convergência dos investimentos

absorvidos nos últimos anos com a agenda de industrialização (Nova Indústria Brasil - NIB) e de desenvolvimento relacionado à transição energética (Plano de Transformação Ecológica – PTE) impulsionada pelo governo federal. “O lançamento da NIB, em janeiro de 2024, vem na esteira de três anos consecutivos de aumento da participação dos investimentos chineses em sustentabilidade e energias verdes no Brasil, sendo que em 2024 representou 69% do total”, ilustrou, reforçando esse momento de sinergias entre os interesses chineses e brasileiros. Fabiana D’Atri, diretora de Economia do CEBC, economista do Bradesco Asset Management, patrocinador do estudo, destaca que essa tendência, tal como outros investimentos chineses pelo mundo, reflete “as perspectivas do crescimento chinês, das dinâmicas que hoje conduzem a economia, a tecnologia, a industrialização de ponta, a preocupação com o fortalecimento do consumo, e o aprendizado com outros mercados”.

Em 2024, os investimentos chineses no Brasil somaram US\$ 4,16 bilhões, uma alta de 113% em relação a 2023. O levantamento leva em conta projetos classificados como confirmados, ou seja, que devem estar em operação ou fase de implementação. Tal evolução foi muito superior à do investimento estrangeiro no agregado que o país atraiu no ano passado, contabilizado pelo Banco Central, de 13,8%. Em número de projetos, o salto foi de 34%. “Esse montante coloca o país como a economia emergente que mais rece-

Divisão setorial dos investimentos chineses no Brasil
(% do total)

Em 2024		Entre 2007-2024	
Eletricidade	56	Eletricidade	41
Extração de petróleo	13	Indústria manufatureira	22
Fabricação de aparelhos elétricos	10	Tecnologia da informação	11
Fabricação de automotores	10	Extração de petróleo	7
Mineração	5	Agricultura	5
Tecnologia da informação	3	Serviços financeiros	4
Transporte terrestre	3	Outros	10

Total investido em 2024:
US\$ 4,16 bilhões

Investimento chinês acumulado desde 2007:
US\$ 77,5 bilhões

Fonte: CEBC.

beu investimento chinês no ano passado, e o terceiro lugar entre todos os países que tiveram investimentos produtivos chineses confirmados no período, ficando atrás apenas de Reino Unido e Hungria, onde se destacaram projetos ligados à cadeia de veículos elétricos”, afirma Carriello. Na América Latina e Caribe excluindo Brasil, houve queda de 8% em relação a 2023.

No Brasil, foi o setor de eletricidade quem liderou a atração de investimentos chineses em 2024, com cerca de US\$ 1,43 bilhão, ou 34% do total, seguido pelo setor de petróleo (25%), fabricação de veículos automotores (14%) e mineração (13%). O diretor do CEBC também destacou maior diversificação regional do que no período anterior,

com projetos em 14 estados. Ainda que em termos de estoque São Paulo continue dominando a atração de investimentos produtivos chineses, sua participação caiu 8 pontos percentuais em relação a 2023.

Para Sandra Rios, diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), a atração do investimento chinês é positiva, mas por si não resolverá o desafio brasileiro de diversificar a pauta exportadora, incluindo mais bens industriais. “Para isso, temos uma lista importante de reformas (da tributária a regulações) que impulsionem a atração de investimento visando às exportações. Não dá para esperar que os chineses façam esse movimento simplesmente como gesto de cooperação com o Brasil”, destaca. (S.M.)

“A agenda climática não será abandonada, só mudará de nome”

Jorge Arbache, professor de Economia da UnB



As contrapartidas em investimento produtivo que o governo dos EUA pede para fechar acordos comerciais, como aconteceu com Europa e Japão, ameaçam a atração de investimentos para o Brasil, em especial na agenda de *powershoring* – atração de investimento direto motivada pela disponibilidade de energia limpa e abundante?

Já observamos um desvio de investimento com o Inflation Reduction Act, no governo Biden. Projetos que avaliavam se estabelecer no Brasil, como na área de fertilizantes, acabaram indo para os EUA em função dos grandes subsídios. O movimento que vemos agora tem outras razões, e acho que é preciso esperar para ver. Ainda se tratam de promessas, e entendo que tanto europeus quanto japoneses deverão estender o prazo de definições, observando a evolução do governo Trump, de sua popularidade, de como o Partido Republicano se encaminha para as eleições de meio de mandato no ano que vem. Do que foi divulgado até agora, não há um mecanismo de *enforcement* nesse acordo que defina, por exemplo, compromissos iniciais de determinado montante de dólares.

O Brasil precisa calibrar sua estratégia para atração desse investimento motivado pela transição energética?

Acho que as políticas carecem de foco. A Nova Indústria Brasil (NIB) tem uma amplitude grande suficiente para dificultar o avanço em todas as missões contempladas. É importante reconhecer que o governo tem feito muita coisa, muitas legislações foram aprovadas – como a do mercado de carbono, em fase de regulamentação, a do Combustível do Futuro, incentivando biocombustíveis. Mas ainda é preciso coordenar mais e melhor com os atores, bancos públicos e de desenvolvimento os vários instrumentos financeiros que foram desenvolvidos, e em torno de metas específicas e medidas muito práticas e pragmáticas para viabilizar esses investimentos, como uma taxonomia global e questões de certificação.

Na COP30, que será realizada em novembro, em Belém (PA), o Brasil tem a chance de marcar terreno. A posição oficial do Brasil é firmada em pilares como o valor da floresta em pé, ou seja, da sustentabilidade como *driver* de crescimento; os biocombustíveis; as NBCs, que são normas que definem informações corporativas quanto a práticas de sustentabilidade. Acho, entretanto, que ainda falta ênfase no papel do comércio como ferramenta de descarbonização global. No momento de aumento de protecionismo que vivemos, trata-se de um tópico em que o Brasil tem muito a ganhar, protegendo o meio ambiente ao mesmo tempo em que



Foto: Arquivo pessoal

promove o desenvolvimento econômico e a descarbonização. Mas é preciso olhar para essa área sem ingenuidade, de forma pragmática, promovendo todo o potencial para o aço verde, a amônia verde, entre tantos outros produtos.

Em que medida a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris afeta a evolução dessa agenda?

Por mais que isso pareça um freio, os fenômenos climáticos extremos que estão acontecendo numa intensidade cada vez mais dramática, com cada vez mais frequência, estão provocando uma brutal perda do valor dos ativos em vários lugares dos Estados Unidos, impossível de ser ignorada. Entre outras razões, porque essas

regiões perderam a cobertura de seguradoras. E quando você não tem seguro que cubra a sua fábrica, a sua casa, o valor desses ativos despenca. Veja por exemplo o caso da Califórnia, atingida por incêndios no final de 2024. Estimativas apontam a uma perda de US\$ 280 bilhões. Estudo divulgado recentemente apresenta estimativas preocupantes também para a Europa, indicando várias regiões que ficarão inabitáveis. Assim, seja devido a perdas nos mercados financeiros, seja pela piora da qualidade de vida de pessoas comuns, seremos tão dramaticamente afetados que os governos serão obrigados a manter essa agenda, provavelmente *rebranded*, com outro nome. Em vez de climática, será de segurança nacional.. (S.M.)

